



Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

Gestão de Compras/Licitações / UF (RJ) - Analista de Gestão em Saúde - Unidades: Cogead, Bio-Manguinhos, Ensp, Farmangui-nhos, Icict, ICTB, IFF, INCQS, IOC

CONHECIMENTOS GERAIS

Formação e desafios do Estado Brasileiro.....	1
Políticas Públicas em Saúde.....	3
Sistema Único de Saúde.....	8
Gestão de Ciência e Tecnologia.....	30
Transformação e Governo Digital.....	35
Inovação no Setor Público.....	36
Equidade de Gênero e Raça na Gestão Pública.....	38
Noções de Administração Pública.....	38
Estatuto do Servidor Público (Lei 8.112/90).....	90
Ética do Servidor Público.....	137
Questões.....	138
Gabarito.....	143

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional.....	1
Noções de Direito Administrativo.....	63
Organização de Compras.....	140
Logística no serviço público.....	142
Sistema de compras governamentais.....	143
Gestão de contratos no serviço público.....	145
Planejamento estratégico: conceitos, modelos e métodos.....	161
Legislação aplicável à contratação de bens e serviços: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.....	163
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.....	235
Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.....	292
Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.....	297
Decreto nº 11.461, de 31 de março de 2023.....	305
Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.....	312
Instrução normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022.....	324

SUMÁRIO



Instrução normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022	327
Instrução normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021	331
Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.....	335
Exercícios.....	341
Gabarito.....	346

SUMÁRIO



O estudo da formação e dos desafios do Estado Brasileiro oferece uma janela fascinante para a compreensão da complexidade e da riqueza da história do Brasil. Desde a chegada dos portugueses em 1500, o território que hoje conhecemos como Brasil tem sido palco de uma série de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Cada uma dessas transformações não apenas moldou a estrutura e a natureza do Estado Brasileiro, mas também teceu a tapeçaria rica e diversa da identidade nacional brasileira. Este estudo não se limita a uma análise cronológica de eventos; é, na verdade, uma exploração das dinâmicas e forças que conduziram à formação do Brasil contemporâneo, com suas peculiaridades e desafios únicos.

Ao delinear a trajetória do Estado Brasileiro, desde suas raízes coloniais até o moderno Estado-nação, este texto busca entender como o passado influencia o presente e quais lições podem ser aprendidas para o futuro. A história brasileira é marcada por um processo contínuo de luta e adaptação, enfrentando desafios internos e externos que variam desde a manutenção da unidade nacional e identidade cultural até questões de desenvolvimento econômico e justiça social. Ao compreender esses desafios, podemos apreciar mais profundamente a resiliência e a riqueza do Brasil, não apenas como um Estado-nação, mas como um povo e uma cultura que continuam a evoluir e a influenciar o mundo. Este texto é, portanto, uma homenagem à jornada do Brasil e um reconhecimento dos contínuos esforços para construir um futuro mais próspero e equitativo para todos os brasileiros.

Período Colonial (1500-1822)

A história do Brasil começa verdadeiramente com a chegada dos exploradores portugueses no final do século XV. Este período, conhecido como colonial, estende-se até 1822 e é crucial para entender a formação inicial do Estado Brasileiro.

• Chegada dos Portugueses e Colonização: Em 1500, a chegada de Pedro Álvares Cabral marca o início de uma nova era para o território que viria a ser o Brasil. Os portugueses, motivados pela busca de novas rotas comerciais e riquezas, iniciaram um processo de colonização que impactou profundamente a paisagem e as populações indígenas locais. A colonização não foi apenas um fenômeno econômico e político, mas também um choque cultural e social, com a introdução do cristianismo e novas práticas agrícolas.

• Economia Colonial e Escravidão: A economia colonial brasileira estava centrada na exploração de recursos naturais para exportação, inicialmente o pau-brasil e, posteriormente, a cana-de-açúcar. Para sustentar estas atividades econômicas, os colonizadores implementaram um sistema de trabalho escravo, inicialmente com indígenas e, depois, predominantemente com africanos trazidos através do tráfico transatlântico de escravos. Este sistema não apenas moldou a economia do período, mas também teve implicações profundas na sociedade e cultura, criando uma estrutura social baseada em desigualdades profundas e racismo.

• Cultura e Sociedade: O período colonial também foi um tempo de intensa miscigenação cultural. A interação entre europeus, indígenas e africanos deu origem a uma cultura única, que se reflete na língua, na religião, nas artes e nas tradições brasileiras. Apesar do domínio e da imposição cultural europeia, elementos indígenas e africanos resistiram e se misturaram, formando a base do que hoje conhecemos como a cultura brasileira. A sociedade colonial era estratificada e marcada por desigualdades, mas também era o berço de uma identidade nacional que começava a se formar, distinta da europeia.

O período colonial estabeleceu as bases do Estado Brasileiro, não apenas em termos de território e população, mas também em termos de estruturas econômicas, sociais e culturais. Os impactos desse período são profundos e continuam a influenciar o Brasil moderno, especialmente no que diz respeito às questões de identidade nacional, desigualdade social e diversidade cultural.

Independência e Império (1822-1889)

O período que abrange a Independência e o Império no Brasil é fundamental para compreender as transformações políticas e sociais que moldaram o Estado Brasileiro moderno. Esta fase é caracterizada pela transição do Brasil de uma colônia para um império independente e, eventualmente, para uma república.



Prezado(a),

Visto que o edital não especifica o trecho da lei a ser cobrada, separamos alguns matérias importantes para você. Contudo, indicamos o estudo completo da legislação citada acima.

Bons estudos!

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.